A PARTE E O TODO:
COMO A INDEPENDÊNCIA NO PARÁ AJUDA A ENTENDER O PROCESSO EM TODO O BRASIL

LA PARTE Y EL TODO:
CÓMO LA INDEPENDENCIA DE PARÁ AYUDA A ENTENDER EL PROCESO EN TODO BRASIL

THE PART IN/AND THE WHOLE:
HOW INDEPENDENCE IN PARÁ HELPS TO UNDERSTAND THE PROCESS THROUGHOUT BRAZIL

André Roberto de Arruda Machado[1]

Resumo:

Este artigo não pretende analisar os acontecimentos da independência no Pará de forma isolada, como se a província estivesse em uma ilha. Também não se pretende descrever uma parte do quebra-cabeças cuja somatória é a história nacional. De modo diferente, pretende-se responder a seguinte pergunta: como a independência no Pará ajuda a entender o processo em todo o Brasil? Para isso, destacamos quatro eixos: 1) A importância das diferentes cronologias; 2) O papel das guerras; 3) As conexões entre as províncias; 4) Os múltiplos significados da independência
Palavras-chave: Independência; Grão-Pará; cronologia; guerras; historiografia

Resumen:

Este artículo no analiza los acontecimientos de la independencia de Pará de manera aislada, como si la provincia estuviera en una isla. Tampoco se intenta describir una parte del rompecabezas cuya suma sea la historia nacional. Al contrario de eso, aquí se pretende responder la siguiente pregunta: ¿cómo la independencia de Pará ayuda a entender el proceso en todo Brasil? Para ello, destacamos cuatro ejes: 1) la importancia de las diferentes cronologías; 2) el papel de las guerras; 3) las conexiones entre las provincias; 4) los múltiples significados de la independencia.
Palabras clave: Independencia; Gran Pará; cronología; guerras; historiografía

Abstract:

The aim of this article is not to analyze the state of 's independence process in isolation, as if it were an island. Nor is it intended to describe one part of the puzzle whose sum total is national history. Rather, we intend to answer the following question: how does independence in Pará help us to understand the process throughout Brazil? To this end, we highlight four axes: 1) The importance of different timelines; 2) The role of wars; 3) The connections between provinces; 4) The multiple meanings of independence.
Keywords: Independence; Grão-Pará; chronology; wars; historiography

[1] E-mail: andremachados@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Em 2015, começava a esquentar as discussões sobre o então projeto de criação da Base Nacional Curricular, a BNCC. Para variar, de longe, a disciplina que despertou maior polêmica foi a área de História.[2] De modo geral, os debates acalorados não passaram pela necessidade em si de termos uma base curricular unificada, mas eram focados na supressão de certos conteúdos, sobretudo os mais eurocêntricos, e no destaque a outros assuntos, especialmente eventos ligados aos povos afro-brasileiros e indígenas. A defesa daqueles que estavam liderando a construção da BNCC era que a base não pretendia engessar o currículo, jamais ultrapassando 60% do caminho formativo. Portanto, pelo menos 40% do currículo seria decidido localmente. No caso da disciplina História é muito interessante que os argumentos levantados sobre esse aspecto recairiam sobretudo no que se entende por "História Regional". Nesta direção, o próprio Ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, argumentou:

> Embora nossa língua seja a mesma no país todo, nós temos formas de construí-la e de usá-la diferentes, conforme a região e o estado. É importante que quem nasça na região da Amazônia saiba e desenvolva a história da colônia que se chamou Grão-Pará, que era separada da colônia no Brasil. Eu não aprendi isso na escola.[3]

Os argumentos de Renato Janine Ribeiro sintetizam com perfeição o complexo jogo historiográfico que classifica e hierarquiza eventos como "História Nacional", "História Regional" e, especialmente agora, "História Global". Há alguns anos publiquei um artigo no qual me detive longamente sobre esse tema, de forma que é desnecessário retomá-lo aqui integralmente (MACHADO, 2017). Mas é interessante perceber que Renato Janine postula claramente que a História do Pará interessa para aqueles que nasceram ali. Ele não está falando algo inusitado. No Brasil, excetuando-se poucos Estados, é extremamente forte o ensino da chamada "História Regional", entendida aqui como a História que aconteceu dentro das atuais fronteiras dos Estados hoje existentes.[4] Há matérias específicas no Ensino Básico e livros didáticos. Há universidades em que no curso de História as disciplinas dedicadas ao debate regional superam aquelas de História do Brasil (MACHADO, 2017). Em alguma medida, Janine Ribeiro estava apenas propondo a continuidade do que já existe: a ideia de que a História do Maranhão só interessa aos maranhenses, da Bahia aos baianos etc.

O fenômeno se repete na historiografia. De um lado, é interessante perceber que Francisco Adolfo de Varnhagen construiu a sua *História da Independência do Brasil,* separando o livro em duas partes: na primeira uma sequência principal de fatos – tidos como nacionais. Já em uma espécie de anexo eram descritos os acontecimentos de algumas províncias no período de ruptura com Lisboa (VARNHAGEN, 1957). A

[2] Esse é um fenômeno mundial. Durante as discussões das reformas curriculares, a área de história sempre costuma ser polêmica e atrai muitos críticos quando se afasta da ideia de um "catecismo nacional" (LAVILLE, 1999).
[3] Discurso do ministro Renato Janine Ribeiro, em 16 de setembro de 2015. Transcrito no site G1: http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/09/escolas-devem-ter-60-do-conteudo-curricular-padronizado-diz-mec.html. Consultado em 16/12/2015.
[4] Transformar a História Regional em uma História do que aconteceu no interior das fronteiras dos atuais Estados é um convite ao anacronismo. O que dizer de títulos como "Amapá no século XV" ou "a independência no Paraná"? Sobre a "entificação" da História Regional em História dos Estados, veja (SILVEIRA, 1990)

desconexão entre a parte e o todo é absoluta. Do lado inverso, curiosamente o fenômeno se repete. Uma obra como a de Domingos Antonio Raiol – extremamente importante para conhecer o processo da independência no Pará – toma os acontecimentos na província na sua narrativa principal, restando aos acontecimentos fora da fronteira paraense a condição de "contexto" (RAIOL, 1970). Pode-se argumentar que são obras antigas, mas a verdade é que pouco mudaria no exemplo de textos mais recentes. É uma tradição muito bem sedimentada.

Este artigo não quer analisar os acontecimentos da independência no Pará de forma isolada, como se a província estivesse em uma ilha. Também não deseja descrever uma parte do quebra-cabeças cuja soma é a história nacional. De modo diferente, pretende-se responder a seguinte pergunta: como a independência no Pará ajuda a entender o processo em todo o Brasil? Para isso, destacamos quatro eixos: 1) A importância das diferentes cronologias; 2) O papel das guerras; 3) As conexões entre as províncias; 4) Os múltiplos significados da independência.

Do ponto de vista teórico metodológico, o artigo se alinha a uma recente historiografia que busca não pensar a independência do Brasil como um processo com cronologia única, emanado do Rio de Janeiro para as partes. Daí a consagração durante o ano do bicentenário do termo "independências" no lugar de "independência". Ao mesmo tempo, como dito acima, rejeita uma construção historiográfica tipicamente regional. Ao contrário, busca pensar a partir do Pará diferentes realidades no território nacional. Ao destacar a experiência de indígenas e escravizados, o artigo também se vincula a clássica tradição historiográfica que pretende discutir os eventos a partir da perspectiva dos "de baixo".

A IMPORTÂNCIA DAS DIFERENTES CRONOLOGIAS

Afinal, quando acontece a independência do Brasil? Certamente, a maioria dos brasileiros cravaria o Sete de Setembro, independentemente do seu lugar de origem. O curioso é que a supremacia do Sete de Setembro não era algo inquestionável pelos homens que viveram esses tempos. Ao contrário, como mostra Hendrik Kraay, entre outros historiadores, houve uma disputa entre os defensores de datas diferentes para a independência, prevalecendo inicialmente o 12 de outubro, data da coroação de D. Pedro I. O curioso é que o Sete de Setembro passa a prevalecer com a abdicação de D. Pedro I, justamente porque os seus inimigos não queriam uma data tão ligada a ele como a da coroação. É algo que parece estranho, pois costumamos associar o Sete de Setembro a figura do Imperador, talvez algo muito reforçado pelo quadro de Pedro Américo, o *Independência ou morte!* Mas, claramente, essa não era a perspectiva dos políticos que fizeram essa engenharia: para eles o Sete de Setembro era uma independência popular e D. Pedro I apenas foi um instrumento desse desejo das massas (KRAAY, 2010).

De toda a forma, a disputa entre o Sete de Setembro e o 12 de Outubro era uma pequena divergência, mas mantinha a narrativa clássica de uma independência que acontece de maneira uniforme e sincrônica no Brasil. Mas a independência tinha vários significados para os contemporâneos e isso também se expressava pelo entendimento de quando ela aconteceu. Por exemplo, Pedro da Silva Pedroso, um herói militar da

Revolução Republicana de Pernambuco em 1817, reivindicou para si, em 1834, a glória de ter sido o primeiro a dar o grito de independência no Brasil, 5 anos antes da data canônica:

> Não pude ouvir a sangue frio que o sr. Dr. José Bonifácio fosse o primeiro que desse o grito de independência do Brasil: esta glória só a mim pertence, porque eu é que fui o primeiro que na cidade do Recife de Pernambuco, a 6 de março de 1817 pelas 2 horas da tarde, fiz soar esta palavra mágica, que ao depois foi ecoada em 7 de setembro de 1822 pelo sr. José Bonifácio de Andrada nos Campos do Ipiranga. Perdoe-me! O seu a seu dono[5]

Uma versão menos radical que a de Pedro Pedroso, mas igualmente reveladora, é a das datas das independências nas províncias. No Pará, isso acontece apenas em agosto de 1823, quase um ano depois do Sete de Setembro de 1822. A ideia de sincronia do processo de independência no Brasil na qual o Grito do Ipiranga é o auge, encontra no Pará, assim como em outras províncias como Maranhão e Bahia, um contraponto absoluto. No Pará, ainda no primeiro semestre de 1823, vinham de várias vilas as atas do juramento da Constituição na Província.[6] Mas se tratava da Constituição Portuguesa. Logicamente, havia simpatizantes do alinhamento ao Rio de Janeiro, mas o centro das disputas políticas permanecia no eixo do Vintismo até o golpe de D. João VI que fechou as Cortes, este último fato certamente com impacto no balanço das forças nas províncias.

A existência de múltiplas datas da independência é importante porque torna mais complexa essa história. Se o 2 de Julho é hoje um quase carnaval na Bahia, ele passou por algumas dificuldades para ser incorporado pelos poderes centrais do Império. Em 1830 o Senado rejeitaria uma proposta do Conselho Geral da Bahia que pedia a transformação do 2 de Julho em festividade provincial.[7] Neste ano, a Câmara dos Deputados lê ato do governo que manda repreender o Arcebispo da Bahia que declarou que o dia 2 de julho era santo.[8] É bem verdade que, em 1831, o próprio Congresso aprovou uma lei tornando o dia 2 de julho em feriado na Bahia.[9]

As várias datas da independência nos ajudam a entender que este foi um tempo de poucas certezas sobre aspectos tidos como chaves na construção do Estado Nacional, como o próprio território. Assim, na Assembleia Constituinte de 1823, existiram deputados que se recusaram a listar na Constituição províncias como o Pará e Maranhão como parte do território brasileiro, alegando que o destino delas era incerto (RODRIGUES, 1974, 113-117). Esse hiato entre o Sete de Setembro e as independências nas províncias não trazia incertezas apenas aos constituintes. Um projeto constitucional publicado no jornal Correio do Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1823 mostra que isso era generalizado. Tanto era assim que definia o território

[5] A Bussola da Liberdade, 20 de setembro de 1834. Apud: SILVA, 2003.
[6] Arquivo Público do Pará (APEP) – Códice 696, d. 92. Nesse caso trata-se de uma ata muito detalhada vinda da vila de Bragança em maio de 1823.
[7] Annaes do Senado do Império do Brasil. Sessão de 1830. Rio de Janeiro: s. i., 1914. 3 volumes. Em 17 de junho.
[8] Annaes do Parlamento Brazileiro. Câmara dos senhores deputados. Sessão de 1830. Rio de Janeiro, Typographia de H. J. Pinto, 1878. 2 volumes. Em 04 de novembro.
[9] Annaes do Parlamento Brazileiro. Câmara dos senhores deputados. Sessão de 1831. Rio de Janeiro, Tipografia de H. J. Pinto, 1878. 2 volumes. Em 17 de agosto.

do Brasil como "comprehende aquelas Províncias que se regerem pela presente Constituição".[10] Uma descrição absolutamente aberta e que deixa claro que não havia certeza de que todas as antigas províncias se uniriam ao Império. Mesmo a Carta Outorgada, já em 1824, preferiu uma descrição muito aberta do território dizendo ser composto por províncias, divididas na forma como se achavam.[11] Além das dúvidas sobre a extensão do território do Brasil na América, ainda existiam expectativas de anexação de antigas colônias portuguesas em outros continentes, sobretudo na África, algo explicitado pelo Projeto Constitucional publicado no Correio do Rio de Janeiro.[12] Ou seja, o próprio território do Brasil era uma incógnita meses depois do Sete de Setembro.

Ainda sobre a cronologia: afinal, quando a independência termina, se consolida? No senso comum, no dia seguinte ao Sete de Setembro. Para aqueles que conhecem as guerras de independência, o assunto é mais complexo. No entanto, reconhecer as datas de independência nas várias províncias não encerra o assunto, já que o alinhamento oficial das províncias não significou o fim dos conflitos. Pode-se dizer mesmo que a independência estava consolidada na Bahia em 2 de julho de 1823?

Outra vez, o Pará é um dos melhores contrapontos. Apenas em agosto de 1823 foi que o governo paraense se submeteu oficialmente à autoridade de D. Pedro I e do Império do Brasil, com papel fundamental, como veremos adiante, do oficial inglês Grenfell, um mercenário contratado para atuar nas guerras de independência do lado da Corte do Rio de Janeiro. Mas o alinhamento oficial do Pará ao Rio de Janeiro não trouxe estabilidade à província. É justamente depois que uma guerra civil se espalhou por quase todos os centros econômicos importantes da província, desde a região de Cametá até Santarém, entre 1823 e 1824. Com ações ousadas, os rebeldes bloqueavam rios e até ensaiaram um bloqueio a Belém[13], deixando o governo da Província completamente de mãos atadas e relegando às autoridades do interior a missão de se autodefender. Uma das questões que mais chama a atenção nessa guerra civil é a presença marcante de indígenas na revolta, sobretudo aqueles já avilados, muitos deles membros do próprio exército e das milícias. O componente racial, somada à incapacidade do governo de Belém produzir qualquer reação gerou várias cartas para a Corte no Rio de Janeiro em que se pediam reforços para enfrentar os rebeldes, alegando-se que o Pará estava a um passo de se perder para o mundo civilizado (MUNIZ, 1926, p. 222). No entanto, uma leitura atenta dos relatos da movimentação dos rebeldes também registra que comumente eles adentravam às vilas dando vivas ao Imperador e dizendo que queriam fazer vencer a "verdadeira causa da independência".[14] Ou seja, para aquela grande massa formada sobretudo por indígenas, aquela independência firmada em Belém não era a verdadeira e, sim, uma usurpação daqueles que queriam manter a ordem social antiga. Para eles, a independência era claramente um projeto político muito mais exaltado e que traria mudanças substantivas, especialmente o fim do trabalho compulsório a que muitos eram submetidos, em especial os indígenas. Em outras palavras, para

[10] Correio do Rio de Janeiro, n. 42, de 20 de Setembro de 1823, p. 166.
[11] Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. IN: Paulo Bonavides & Roberto Amaral (org.). *Textos Políticos da História do Brasil.* Cit., volume 8 – Constitucionalismo, doc. 318.3.
[12] Correio do Rio de Janeiro, n. 42, de 20 de Setembro de 1823, p. 166.
[13] APEP – Códice 788, d. sem número.
[14] APEP – Códice 786, doc. 14; Códice 783, doc. 41

esses rebeldes, ainda em 1823 ou 1824, a independência ainda não tinha acontecido. Como se sabe, no entanto, os rebeldes foram derrotados e a imposição do trabalho compulsório dos indígenas permaneceu.

O Pará talvez seja o exemplo mais radical, mas não é o único. Na Bahia, o alinhamento oficial também não significou o fim dos conflitos. A grande demonstração disso é o levante do Batalhão dos Periquitos, em 1824. O Batalhão dos Periquitos era formado por homens negros e o seu levante, resultando na morte do Governador de Armas e a tomada temporária de Salvador é uma demonstração de descontentamento com a independência (KRAAY, 2002; KRAAY, 2011). O ideal de maiores mudanças, de possibilidades de ascensão eram frustrados com aquela independência que veio do Rio e esses homens claramente se insurgiram contra ela, a exemplo dos indígenas no Pará. A repressão foi brutal, com a expulsão de todos os homens não brancos do exército baiano para fora da província.

1824 é sem dúvida um ano chave no processo de consolidação da Independência. A Confederação do Equador é, sem dúvida, o ato de contestação mais incisivo contra o modelo político que se implantou com a independência liderada por D. Pedro I. Geralmente, imagina-se a Confederação como algo que atingiu apenas Pernambuco, mas a realidade foi bem mais complexa. O Ceará teve uma participação ativa nesse projeto político, inclusive tentando cooptar outras províncias, como o Maranhão (ALBUQUERQUE, 2006). Nesta província, a confusão era tamanha que não era possível saber com certeza quais eram os grupos políticos realmente aliados da Confederação (GALVES, 2009). Uma instabilidade política que atingia, inclusive, o Pará por sua extrema dependência do Maranhão. Não por acaso, as forças militares que derrotaram a Confederação do Equador também fizeram questão de ir a outras províncias, intervindo sobretudo no Maranhão.

Todo esse cenário se dava, ainda, sob constantes boatos de que Portugal preparava uma Esquadra para tentar retomar as províncias do norte do Brasil, projeto que realmente estava em marcha na Europa e só não aconteceu pelos reveses de D. João VI em seu próprio território.[15] Este era um fator tão importante que o manifesto da Confederação do Equador pedindo a união de outras províncias, citava o iminente ataque de Portugal, dizendo ainda que D. Pedro reunira todas suas forças navais no Rio de Janeiro, deixando as províncias a sua própria sorte.[16]

Frente a todos esses acontecimentos na província, o Sete de Setembro fica reduzido ao seu real tamanho: o de um episódio em um longo processo.

O PAPEL DAS GUERRAS

Em 10 de agosto de 1823, chegou a Belém o capitão tenente John Pascoe Grenfell, então com 23 anos. Apesar da pouca idade, Grenfell já acompanhava há muitos anos as peripécias do seu mestre, o almirante Cochrane, um ex-oficial inglês com grande fama internacional pela campanha contra Napoleão e que depois atuara na independência do Chile. A força armada que Grenfell liderava beirava o ridículo para alguém que

[15] No Pará, por exemplo, discutia-se abertamente a expectativa de envio de tropas de Portugal, o que era reforçado pelo envio de instruções do Rio de Janeiro para se preparar contra essa ameaça. APEP, Códice 686, d. 144; APEP, Códice 725, d. sem número; APEP, Caixa 31, Série 13 – Ofícios dos Comandantes Militares (1824), d. 109

[16] APEP – 789 – Correspondência de Diversos com o Governo (1824), d. 80.

pretendia emparedar as lideranças do Pará, uma província até aquele momento fiel a Lisboa: o inglês dispunha apenas de um brigue de guerra, 18 canhões e 90 homens. O grande trunfo do jovem oficial era aplicar um golpe à semelhança que o próprio Cochrane fizera no Maranhão: anunciar que tinha uma força militar muito maior do que era verdade. No caso, trouxe cartas assinadas por Cochrane, que ficara no Maranhão, com as datas em branco e que só foram preenchidas quando Grenfell chegou a Belém. Assim, buscou convencer a todos que atrás de si vinha uma grande esquadra liderada pelo próprio Cochrane e que poderia causar um imenso estrago caso a província não se submetesse à liderança de D. Pedro I. Ainda que pareça surreal, o golpe funcionou: no dia 16 de Agosto de 1823 as autoridades do Pará realizaram uma cerimônia de Juramento à Independência e no dia seguinte a eleição do novo governo civil (MACHADO, 2005).

Evidentemente, o apoio em uma estratégia tão frágil – que inevitavelmente seria descoberta rápido – sempre despertou discussões sobre o real peso das forças mercenárias para que os paraenses tivessem abraçado o projeto encabeçado desde o Rio de Janeiro. O auge disso foi a perspectiva nacionalista de Palma Muniz que insistiu que Grenfell chegou a um Pará já quase unanimemente decidido a seguir o Rio de Janeiro, sendo o seu papel secundário (MUNIZ, 1973, 366-367). De alguma forma, Muniz seguiu um padrão típico da história nacionalista brasileira em geral: o papel das guerras de independência é desprezado. Quando isso é impossível, a guerra é reduzida a uma campanha de libertação contra alguns poucos portugueses e aliados que impediam o desejo geral de ligar-se ao Rio de Janeiro. Todas as divisões internas das províncias, a diversidade de entendimentos do que deveria ser a independência, tudo é reduzido a um plebiscito entre manter-se unido a Lisboa ou ao Rio de Janeiro.

Mas o papel de Grenfell esteve longe ser secundário. A dificuldade na compreensão real das guerras de independência no Brasil é a de supor que a questão é se as forças mercenárias conseguiram ou não impor a aceitação do "Sistema do Rio de Janeiro", como se dizia à época. As limitações de homens e armas dessas forças – da qual o episódio de Grenfell é só um exemplo – além das dimensões menores dos conflitos em relação a outras partes da América, tudo isso costuma ser argumento para menosprezar as guerras de independência. É um erro. Tome-se o caso do Pará: a província estava extremamente dividida e não apenas entre os que defendiam a manutenção dos laços com Lisboa e os que desejavam seguir o Rio de Janeiro. Essas divisões tornaram a província praticamente incontrolável, com a politização chegando às forças armadas. Tanto os que defendiam os laços com Lisboa esperavam o apoio de uma força da Europa, como os partidários do Rio de Janeiro torciam pela chegada de tropas do sul. Não por acaso: a aliança com essas forças externas era a única forma de algum dos grupos locais conseguir tornar-se hegemônico. Não por acaso, o bispo D. Romualdo de Souza Coelho ao dar o seu voto para que a província aceitasse as condições de Grenfell não invocou sentimentos nativistas ou medo do massacre dessa "Esquadra Imaginária". O seu argumento foi a de que esta era a única solução para que a província não caísse nos "horrores da anarquia".[17] A preocupação era a capacidade de controle interno da própria província.

[17] Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – Lata 288, pasta 7. Junta Provisória do Pará. Ofício a José Bonifácio de Andrade e Silva. (Coleção Manuel Barata)

Isso ficou demonstrado em termos práticos dois meses depois da solenidade oficial de integração do Pará ao Império do Brasil. Àquela altura, Grenfell permanecia na província cumprindo a ordem de Cochrane de que só saísse desta quando a Fragata Leopoldina estivesse pronta para ser levada por ele ao Rio de Janeiro. Em 15 de outubro, um levante de parte das tropas exigiu a demissão do governo e a posse de novos membros politicamente mais radicais. O governo da província caiu sem resistência e os relatos dão conta de uma completa perda de controle sobre a capital, com saques e intimidações. Em meio ao caos, as autoridades e homens de poder do Pará não tinham como conseguir controlar o caos com as forças armadas locais, até porque elas eram parte ativa nos conflitos. É nesse momento que o papel de Grenfell fica cristalino: as autoridades paraenses suplicam que ele desça das embarcações e retome o controle de Belém. Grenfell reuniu seus 90 homens e igual número entre os marinheiros de diversas bandeiras ancoradas em Belém, se fez senhor absoluto da situação, levando as forças políticas da província a uma situação vexatória: em 16 de outubro, conseguiu desarmar todos os rebeldes e na sequência fuzilou cinco homens de maneira sumária. Prendeu 256 e colocou Batista Campos, um dos mais influentes políticos deste período até a Regência, em frente a um canhão para que confessasse a sua participação no levante. Não bastasse, como a prisão de mais de duas centenas de pessoas era insegura em Belém, novamente o governo suplicou para que Grenfell resolvesse a situação, o que acabou numa carnificina: o mercenário inglês levou os prisioneiros para o chamado Brigue do Palhaço, sendo que no dia seguinte, com exceção de quatro, todos estavam mortos, em um dos maiores massacres do século XIX. Em vez de ser punido pela carnificina, Grenfell se tornou ainda mais intocável para o governo da província, já que os levantes migraram para o interior e foram sucessivamente se alastrando pelas vilas e povoados desde Cametá até a fronteira com Santarém. Por diversas vezes, sugeriu-se que Grenfell poderia sufocar essas rebeldias no interior, mas aparentemente a sua simples permanência no porto de Belém já era considerada uma salvaguarda. Tanto que, quando a Fragata Leopoldina ficou pronta, em fevereiro de 1824, e ele anunciou que deixaria a província, criou-se o caos. O vice-consulado inglês, por exemplo, protestou que o governo dissesse abertamente que sem Grenfell não tinha condições de garantir a vida de ninguém na capital. Por sua vez, as cartas do governo ao Rio de Janeiro previam o apocalipse na província sem a presença das forças de Grenfell (MACHADO, 2010).

Não foi apenas no Pará que as forças mercenárias, apesar da limitação da sua força, demonstraram serem poderosas o suficiente para humilhar as autoridades locais ou desiquilibrar a disputa política em favor de um grupo. No Maranhão, Cochrane resolveu desembarcar após derrotar a Confederação do Equador em Pernambuco, no segundo semestre de 1824. Além das lideranças políticas do Maranhão conviverem com boatos, jamais confirmados, de que eram aliadas da Confederação, a visita de Cochrane tinha um interesse particular: o de que fossem pagos 104 contos de réis que ele julgava ser seu direito pela campanha da independência. Cochrane, mais uma vez, encontrou uma província extremamente dividida, especialmente entre os aliados do Presidente Miguel Bruce e a Junta Expedicionária do Itapecuru-mirim e soube se aproveitar disso. Os desmandos do inglês se sucederam: atuou contra o Governador de Armas, depôs o Presidente Bruce, escolheu um novo presidente e, para provar que era senhor absoluto da província, recusou dar posse ao novo

mandatário enviado do Rio de Janeiro (GALVES, 2009; MACHADO, 2010). Não houve quem lhe pudesse fazer frente, o que demonstra como essas tropas foram decisivas para a história da independência.

Antes de terminar, é preciso ressaltar que a efetividade dessas forças armadas sempre só ocorreu porque elas se aliaram a um grupo local na província, sempre o mais conservador. Grenfell, por exemplo, não se aliou aos indígenas paraenses, com projetos radicais, mesmo que eles entrassem nas vilas gritando "Vivas ao Imperador". Da mesma forma, o francês Labatut jamais se aliou na Bahia a radicais como João Primo ou Sabino. Em Pernambuco ocorreu o mesmo. Os principais inimigos da Confederação do Equador não eram os que estavam nos mares a toda hora prometendo um bloqueio do Recife. Ao contrário, é na própria sociedade pernambucana que estavam os principais inimigos da Confederação, numa cisão dos pernambucanos que remetia aos aliados e aos inimigos do projeto político da Revolução de 1817 (BERNARDES, 2003). Mesmo dentro do projeto da Confederação, havia uma miríade de anseios que iam de uma perspectiva mais elitista como a de Frei Caneca até interpretações populares dos homens negros. E para se ter clareza da extrema divisão dessa sociedade, é preciso ressaltar que grupos específicos, como de homens negros, também tinham suas divisões. Exemplo disso é que durante o bloqueio do Recife feito por Taylor – outro mercenário inglês – o líder negro Mundurucu defendeu o ataque ao comércio de todos os brancos, algo que só não aconteceu porque havia tropas formadas por homens negros que eram contrárias a essa ação, como as lideradas por Agostinho Bezerra Cavalcanti (MOREL, 2017; MELLO, 2004, 201). Assim como ocorreu no Pará, no Recife o envio das forças armadas teve o principal papel de desiquilibrar a disputa política em favor de um dos grupos locais. Invariavelmente, o grupo mais conservador.

AS CONEXÕES ENTRE AS PROVÍNCIAS

Em maio de 1822, o governador de Armas do Pará, o português José Maria de Moura, apresentara a Lisboa um plano visando manter algumas províncias unidas a Portugal, independentemente do que acontecesse no sul. Moura insistia que havia relações históricas e econômicas criando uma relação de hierarquias, sendo o Maranhão e o Pará cabeças de uma região, atando em torno de si províncias denominadas como dependentes, tal como Mato Grosso, Piauí, Ceará e o norte de Goiás. A geografia também era descrita como determinante: Moura lembrava, como muitos homens daquela época, que as correntes marítimas desfavoreciam as relações comerciais com o sul do continente, praticamente inexistentes. Ao mesmo tempo, a geografia favorecia aumentar as comunicações no interior do bloco, sendo a hidrografia novamente apontada como promissora para escoar os produtos do interior até os portos como o de Belém. Moura insistia que bastava ter forças militares no Maranhão e no Pará para que toda essa região continuasse fiel a Portugal, território que lembrava corresponder a um terço dos domínios lusos na América.[18]

Ao ler esse projeto de futuro tão megalomaníaco, a primeira dúvida é se não seria tudo uma fantasia do Governador de Armas, frequentemente descrito na historiografia nacionalista como uma resistência

[18]Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) – ACL – CU 013, CX. 154, D. 11.817 (Projeto Resgate).

portuguesa quase isolada na província. De certa forma foi assim que Geraldo Coelho, provavelmente o primeiro historiador a descrever esse projeto, encarou a interpretação de Moura sobre geopolítica da região (COELHO, 1993). Mas, as ações políticas dos homens nessas outras províncias demonstram que Moura tinha certa razão: as províncias não decidiriam isoladamente o seu destino, mas conjuntamente com os seus pares com quem tinham maior relação.

Fato é que se há uma historiografia nacionalista pensando todo o processo de independência do Brasil como se o futuro território nacional já fosse anteriormente um único bloco, coeso e integrado, de outro lado há interpretações pensando as províncias totalmente separadas umas das outras. Certamente, colabora para isso os discursos nas Cortes de Lisboa, quando muitos congressistas discursaram sobre os direitos individuais de cada província para integrar ou não o pacto político (BERBEL, 1999, 31-57). Todavia, outros tinham uma perspectiva mais parecida com a do Governador de Armas do Pará, prevendo que as províncias não se separariam inteiramente. Exemplo disso era o cônsul francês Albert Roussin apostando que da América Portuguesa surgiriam vários países criados por unidades regionais, com províncias organizadas por uma lógica espacial e de circulação de mercadorias (WISIAK, 2001, 181).

Nessa direção, se a ideia de "rotas de peregrinação", consagrada no clássico de Benedict Anderson (1989), não ajuda a explicar a unidade territorial do Brasil pós independência, por outro lado é fundamental para entender os argumentos acima, tanto do Governador de Armas do Pará, como do cônsul francês. Ao longo da colonização, a América Portuguesa não desenvolveu uma única rota de peregrinação, unindo todos os territórios, mas várias dessas rotas, como pensadas por Anderson. Assim, ao longo dos séculos, as antigas capitanias no seu interior e entre elas desenvolveram relações de hierarquia atando-as, desenvolvendo caminhos para circulação de pessoas buscando relações de comércio, de justiça e educação. De certa maneira essa perspectiva está desenhada no hoje clássico artigo de István Jancsó e João Paulo Pimenta, "Peças de um Mosaico" (2000, 137-138). Mais do que isso, Jancsó e Pimenta ressaltam que essa percepção já estava clara em obras mais antigas, como Braudel. O historiador francês afirmava que as grandes cidades da colonização lusa na América, nomeadamente Recife, Salvador e o Rio de Janeiro eram polos de convergência e em torno do qual se organizavam as comunidades do interior do continente, sendo também a porta para o escoamento para o comércio com o exterior (BRAUDEL, 1996, 395).

Assim, o governador de Armas do Pará, ao descrever o seu plano para manter um bloco de províncias unidas a Portugal, vislumbrava na prática aquilo que Braudel e Anderson teorizaram. Em primeiro lugar, durante a maior parte da colonização, as capitanias do Pará e do Maranhão foram um Estado à parte do Estado do Brasil, com administração própria. Várias questões essenciais, como tribunais de recurso, faziam homens se deslocarem do Pará ao Maranhão. De lado inverso, na segunda metade do século XVIII eram os homens do Maranhão que se deslocavam para Belém de forma a chegar à sede do Estado. Além disso, várias políticas para essa região eram pensadas em um bloco único, sendo as reformas pombalinas o exemplo mais emblemático (DOMINGUES, 2000; SAMPAIO, 2012). No período da independência, acrescentava-se a esse histórico, o fato do Pará depender economicamente do Maranhão: esta província enriquecera desde o final do século XVIII

chegando na independência como uma das mais prósperas do novo país, graças ao *boom* do algodão. Em sentido inverso, o Pará não enriquecera como o planejado desde as reformas pombalinas e tampouco conseguira substituir a sua dependência da mão de obra indígena pela de origem africana escravizada. Como consequência, o Pará dependia totalmente do repasse de recursos do Maranhão para fechar as suas contas. Tamanha dependência é ilustrada por um ato desesperado, no qual os paraenses mandaram uma embarcação ao Maranhão na esperança de receber alguma verba, durante o período conturbado de incertezas em relação ao destino de Lisboa e o Rio de Janeiro.[19] O interessante é que essa dependência econômica permaneceu durante o início do Império, registrando-se protestos de deputados maranhenses dizendo que o Pará era sustentado como um filho do Maranhão.[20]

No sentido inverso havia relações comerciais, políticas e de dependência do Mato Grosso e do norte de Goiás em relação ao Pará. Um dado histórico importante é que quase um terço dos escravos trazidos pela companhia monopolista organizada na administração de Pombal era desembarcado em Belém com destino ao Mato Grosso (BEZERRA NETO, 2001, 28-29). No período próximo da independência, o governo do Pará registrava que não fez novos empréstimos a Mato Grosso porque as transações anteriores não foram pagas.[21] Em relação a Goiás, no período do Vintismo o norte da província se rebelou pretendendo se separar do sul. Para isso, desde sempre buscou ter o apoio do Pará, onde tinha relações comerciais. As relações do norte de Goiás com o Pará eram tão vitais que dos deputados dessa região eleitos para as Cortes de Lisboa, um era morador do Pará e o outro era Joaquim Teotônio Segurado, um entusiasta da integração de Goiás ao Pará (BERBEL, 1999, 79-80). Martha Vieira já demonstrou que os sediciosos do norte de Goiás pediram, de fato, sua anexação ao Pará caso não lhes dessem um governo autônomo. As relações comerciais e a facilidade de transporte pela rede fluvial eram argumentos para esse projeto (VIEIRA, 2014).

Quando as disputas da independência subiram de temperatura, esses laços ficaram cada vez mais evidentes. Em junho de 1822, chegou a Belém, passando por outras províncias, ordens do Rio de Janeiro determinando a eleição de procuradores das províncias.[22] O material vinha em várias cópias para distribuição pelo interior. O governo do Pará retivera todas as cópias escrevendo a Lisboa que desobedeceria ao Rio de Janeiro.[23] Pouco tempo depois, o Maranhão comunicara a Belém que tivera exatamente o mesmo procedimento (MUNIZ, 1873, 209-211). Do Mato-Grosso e Goiás chegou a proposta de um auxílio mútuo de defesa e fidelidade a Lisboa (RAIOL, 1970, 24-25). Além disso, em termos concretos, o Maranhão criou um correio entre São Luís e Belém, tentando articular as ações naquele momento de crise.[24]

Se havia toda essa disposição das províncias vizinhas em se manter num bloco fiel a Lisboa, o que explica que não tenha acontecido? Como dito antes, não havia uma posição única nas províncias. Ao contrário,

[19] APEP – Códice 740, doc. 521
[20] Annaes do Parlamento Brazileiro. Câmara dos sr. deputados. Sessão de 1834. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1879. 2 volumes, 02 de agosto
[21] APEP, Códice 739, doc. 123.
[22] AHU, ACL, CU 013, cx. 152, d. 11.824.
[23] AHU, ACL, CU 013, cx. 152, d. 11.827; APEP, Códice 742, doc. 61.
[24] APEP, Códice 740, doc. 582.

elas costumavam estar muito divididas e o envio de tropas externas era crucial para desiquilibrar as disputas internas em favor de algum grupo. Foi isso que aconteceu. Nesse sentido, as tropas do Rio de Janeiro foram muito bem-sucedidas controlando dissidentes no centro do continente. O governo do norte de Goiás, simpático ao Pará, foi derrubado. Mais tarde, uma carta secreta do governo de Goiás foi enviada justamente ao Governador de Armas tentando dissuadi-lo de se manter fiel a Lisboa.[25]

Percebe-se pela ação de Goiás que não era apenas o governador de Armas do Pará que pensava que o jogo de províncias seria o fator determinante para a viabilidade de qualquer projeto de futuro a partir de então. Exemplo disso consta do livro de memórias de D. Romualdo Seixas, publicado em 1861. Seixas, durante o Vintismo, foi protagonista na província, chegando a ser presidente da Junta. Mas em 1861 já era o líder da Igreja Católica brasileira há décadas e figura proeminente do Império. Mesmo assim escreveu que se demorou a se inclinar a aderir ao Império do Brasil e que decisivo nos seus cálculos era saber qual seria o destino da Bahia (SEIXAS, 1861, 25-33).

Fazia sentido que Seixas pensasse na Bahia com um fiel da balança para qualquer projeto de futuro. Mas, depois da queda de Mato Grosso e Goiás, de forma mais direta o futuro do Maranhão parece ter sido fundamental para os homens do Pará. Mais do que isso: o inverso parece ter sido verdadeiro. No Maranhão, crescia em importância saber o que acontecia no Pará. Mesmo antes do acirramento final da crise, o Maranhão já manifestara várias vezes como o seu futuro atrelava-se ao do Pará. Em maio de 1822, o governo do Maranhão enviou uma carta felicitando a eleição da Junta do Pará, texto publicado em *O Paraense*, primeiro jornal de Belém. Tanto o texto do governo do Maranhão demonstra que os laços históricos eram importantes de lado a lado, como a publicação em um jornal do Pará também reforça como ter o apoio do governo do Maranhão era um ativo importante em território paraense. Dizia o texto:

> Irmãos são todos os portugueses de ambos os mundos. Irmãos são todos os habitantes das diversas províncias do Brasil. Porém, a proximidade dos povos do Pará e dos povos do Maranhão, a identidade de um Clima a outra Clima, a analogia das circunstâncias locais, a força de antigas relações de que antes se constituíram uma única província, tudo isso são razões imprescritíveis para os conservar em vinculo inquebrantável não só irmãos, mas irmãos compatriotas e Cidadãos a quem são comuns todos os votos e todos os interesses.[26]

Tal como Moura em seu plano, o governo do Maranhão ressaltou a história, as questões geográficas e uma "unidade de interesses" para realçar os laços entre Maranhão e Pará. Da parte do governo paraense, dar todo o apoio logístico para a manutenção da província alinhada a Lisboa tornou-se prioridade máxima. Exemplo disso, é que o governo paraense mandou carnes ao Maranhão visando auxiliar a situação nesta que se complicava com o acirramento da guerra entre os que queriam se manter fiéis a Lisboa e os que pretendiam

[25] APEP, Códice 671, d. 76.
[26] AHU, ACL, CU 013, Caixa 155, doc. 11.875 (Projeto Resgate). Jornal *O Paraense,* edição n. 03 de 29 de maio de 1822.

aderir ao Rio de Janeiro.[27] Todavia, com o agravamento da crise no Maranhão, esta pediu ao Pará o ativo mais difícil: o envio de soldados, no caso 200 homens.

Ainda que houvesse concordância entre o governo civil e o Governador de Armas, sobre a importância de manter o Maranhão alinhado à Lisboa, Moura discordava do envio de soldados temendo que isso enfraquecesse a segurança no Pará. Após uma sequência de conflitos, a junta civil enviou 124 soldados ao Maranhão, alugando uma embarcação inglesa para que a chegada dos reforços fosse mais rápida.[28] Depois, a Junta Civil escreveu a Lisboa, ao Congresso e ao Rei, justificando sua posição: era necessário salvar o Maranhão por ser essa província "a mais natural amiga" e "verdadeiro antimoral (sic) da segurança do Pará".[29] Como se vê, o Maranhão seria o fator mais sensível para o destino do Pará.

Cientes que se atavam a um mesmo destino, os governos do Pará e Maranhão também trocaram cartas recorrentes sobre o possível envio de tropas de Lisboa ou até mesmo da Bahia como forma de manter a posição de fidelidade a Portugal.[30]

Como dito antes, a expectativa da chegada de reforços vindos de fora posteriormente ganhou forma, não na chegada de tropas portuguesas, mas enviadas do Rio de Janeiro lideradas por Cochrane. O Maranhão recebeu essas tropas primeiro e alinhou-se ao Rio de Janeiro. As notícias de alguma forma chegaram secretamente ao vizinho. Entre os dias 2 e 4 de Agosto de 1823 a Junta Civil e o Governador de Armas do Pará trocam cartas secretas avaliando o cenário. A avaliação de um e outro eram idênticas: punham em dúvida qualquer possibilidade de manter a fidelidade a Lisboa caso o Maranhão tivesse de fato se alinhado ao Rio de Janeiro (MUNIZ, 1926, 23).[31]

Assim, quando Grenfell chegou ao Pará talvez a sua arma mais pesada não tenha sido o blefe que tinha uma força muito maior do que de fato. Talvez o que realmente pesara foram os jornais do Maranhão que confirmavam que esta província alinhara-se ao Rio de Janeiro. A inviabilidade de manter um bloco de províncias unida a Portugal foi definitivo para o Pará, já que nenhuma província podia manter isoladamente o seu destino.

OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DA INDEPENDÊNCIA

Quando os conflitos em torno da independência não são simplificados a um plebiscito entre manter-se ligado a Portugal ou criar um Estado independente, os diversos entendimentos sobre o que deveria ser a independência costumam restringir-se aos grupos dominantes que expressaram, sobretudo nos jornais, suas dissensões no campo político. Assim, são lembradas as diferentes visões entre o grupo de Bonifácio e de Gonçalves Ledo como deveria se dar esse processo de construção do novo Estado constitucional (OLIVEIRA, 1999). No mesmo campo, há um lugar especial para Frei Caneca e os seus escritos se insurgindo contra a

[27] APEP – Códice 741, doc. 269.
[28] APEP – Códice 744, doc. 356.
[29] APEP – Códice 742, doc. 108
[30] APEP – Códice 743, doc. 101; APEP – Códice 780, doc. sem número, de 19 de julho de 1823.
[31] APEP – Códice 744, doc. 468

independência proposta desde o Rio de Janeiro, sobretudo em face da dissolução da Constituinte e a imposição de uma Constituição por D. Pedro I. (MELLO, 2004). No Pará são lembradas também as várias polêmicas envolvendo Filipe Patroni e Batista Campos, ambos editores de *O Paraense*, em diferentes momentos (COELHO, 1993). Sobre Batista Campos, aliás, recaía toda a sorte de acusações de radicalismo, inclusive de ser simpático ou até mesmo porta voz da Confederação do Equador no Pará. Obviamente, Batista Campos negou todas as acusações à época e nada ficou devidamente comprovado. Essas acusações de simpatia com a Confederação, aliás, serviram muito comumente de arma para prender inimigos políticos tanto no Pará como no Maranhão, em ações de grande arbitrariedade. Todavia, na década de 1830, em meio a campanha pelas reformas da constituição e a defesa de um sistema federativo entre as províncias, a Confederação do Equador foi revalorizada em várias partes do Império. No Pará, em 1834, o jornal *A Sentinella Maranhense na Guarita do Pará,* aliado de Batista Campos, recontou essa história, admitindo a simpatia do cônego pela Confederação do Equador, demonstrando o enorme quebra-cabeças do período.[32] Na mesma edição, ao homenagear Batista Campos, o colocou lado a lado com lideranças da Confederação, entre outros tidos como radicais:

> Os serviços políticos do Arcipreste e os seus grandes sofrimentos pela causa brasileira o tem colocado na lista dos Imortais – Baratas, Carvalhos, Araripes, Canecas, Filgueiras e outros beneméritos Heróis da Independência e liberdade do Brasil.[33]

Todavia, os diversos entendimentos sobre os significados da independência vão além das disputas entre os grupos dominantes, existindo vertentes populares. Nesse campo, o Pará é outra vez um campo privilegiado. Como citado anteriormente, no Pará, justamente após o alinhamento oficial da província ao Rio de Janeiro houve uma guerra civil de grandes proporções. Os rebeldes ocuparam diversas vilas entre Cametá e Santarém, como vários rios, o que tornou impraticável a comunicação e o comércio de diversas partes do interior com Belém por vários meses (MACHADO, 2010).

Duas questões destacam-se nessa guerra: a primeira, como citado anteriormente, o fato de que esses rebeldes, apesar de acusados pelo governo de serem contrários ao novo regime, tiveram suas entradas nas vilas muitas vezes registradas como acompanhadas de vivas ao Imperador e gritando que pretendiam fazer vencer a verdadeira causa da independência.[34] Ou seja, para eles a independência tal como ocorrera não era a verdadeira, era uma usurpação dos grupos de mando no Pará. A segunda questão importante era o fato de que nos relatos sobre os revoltosos fica evidente a grande participação dos "indígenas cristãos", "avilados" ou "tapuios", termos que no século XIX referiam-se aos indígenas que moravam nas vilas entre os brancos, muitos compondo alguma das forças armadas. Isso fica evidente em Cametá, epicentro da revolta, quando se acredita que uma força enviada de Belém seria capaz de derrotar os rebeldes. Nessa ocasião, mais de um adversário

[32] Biblioteca Nacional – PR SOR 4750 – A Sentinella Maranhense, na Guarita do Pará. Edição de 4 de outubro de 1834.
[33] Idem.
[34] APEP – Códice 786, doc. 14; Códice 783, doc. 41

dos rebeldes os desafiou publicamente, nomeando-os de "tapuios".[35] Em Bragança é denunciado um cabo do exército, também classificado como "tapuio" que dizia que usaria os arcos e flechas que dispunha para repetir na vila a rebeldia da capital.[36] Em Monte Alegre e Alenquer, pontos importantes dessas rebeldias por estarem na fronteira com Santarém, identificou-se uma das lideranças como um "tapuio desertor", mencionando-se que liderava outros indígenas.[37] De Melgaço, ainda na metade de 1824, veio uma reclamação que dizia que o Senado da vila ainda estava ocupado por "índios rústicos e sem nenhum conhecimento" colocados lá pelos revoltosos.[38] Além disso, deve ser considerado que grande parte dos rebeldes era gente desertora das forças armadas e os indígenas eram especialmente presentes nessas forças. Tanto era assim que Barão de Bagé, presidente da província, definiu o soldado paraense como um "índio, meio selvagem, he em generalidade huma maquina a que facilmente se dá este, ou aquelle impulso, incapaz de combinar duas idéias, não tem conhecimento exato do que he crime ou virtude (...)".[39]

Mas o que queriam esses indígenas nas lutas da independência? Hoje a historiografia avançou muito no registro das ações dos indígenas nas disputas da independência, inclusive jogando luz em províncias onde havia grupos nos dois lados da disputa, ou até mesmo regiões onde os indígenas se destacavam na defesa de D. João VI. O que pode parecer uma contradição, na verdade era a coisa mais coerente possível: os indígenas tinham uma interpretação particular desse processo e se punham a lutar pelos interesses das suas comunidades. Nesse sentido, muitas vezes romper com D. João VI era também quebrar um histórico de negociações com a Coroa Portuguesa. Da mesma forma, muitas vezes os independentistas eram justamente parte do grupo mais afoito em tomar terras ou trabalho dos indígenas nas províncias (DANTAS, 2015; COSTA, 2016).

No caso do Pará, assiste-se a um dos mais fascinantes exemplos de apropriação do debate público sobre o constitucionalismo que vem desde o Vintismo. Os "índios avilados", ou seja, os que viviam nas vilas entre os brancos, eram obrigados por uma Carta Régia de 1798 a mecanismos que os submetiam ao trabalho compulsório. De forma sintética, basicamente todos esses indígenas eram listados e aqueles que não possuíssem propriedades ou uma forma de trabalho regular podiam ser obrigados a ser alistados em uma milícia específica, a Milícia de Ligeiros. Então, esses indígenas eram obrigados a servir em obras públicas ou para particulares. Recebiam salários – que frequentemente atrasavam – mas não podiam se recusar a esse trabalho (SAMPAIO, 2012). Desde o Vintismo, esses indígenas passaram a reivindicar para si direitos que estavam sendo criados nas Cortes de Lisboa – e que, frequentemente, não foram pensados para eles – como uma forma de inviabilizar o trabalho compulsório. De modo claro, reivindicavam a condição de cidadão e associavam isso a não obrigatoriedade do trabalho compulsório, que, além disso, viria de uma lei promulgada em um regime que o novo sistema constitucional viera derrubar.

[35] APEP, Códice 750, doc. 132.
[36] APEP, Códice 696, doc. 130.
[37] APEP, Códice 789, doc. 31.
[38] APEP, Códice 786, sem número.
[39] APEP – Códice 869, doc. 37.

Rapidamente, a apropriação do debate público pelos indígenas teria resultados concretos. Em julho de 1822, por exemplo, o Governador de Armas do Pará escrevera a Lisboa dizendo que não cumpriria a nova lei proibindo novos recrutamentos para as milícias. O Governador dizia que a situação no Pará e na Europa eram muito diferentes: enquanto na Europa pretendia-se essa lei para liberar os braços para o trabalho, no Pará o efeito seria o contrário, já que a maior parte dos trabalhadores eram indígenas e esses, nas palavras do Governador, não iriam se não fossem obrigados através da Milícia de Ligeiros. Longe de ser uma suposição do Governador, este relatou casos em que os indígenas se recusaram ao recrutamento – e, consequentemente, ao trabalho compulsório – com base na nova lei.[40] Quadro semelhante ocorreu, no começo de 1823, na Vila Nova de El Rey: o Juiz Ordinário dizia que não conseguia mais recrutar os indígenas para o trabalho compulsório. A novidade desta vez era a divulgação da lei que proibia qualquer um de ser preso sem culpa formada, um dos pilares das novidades defendidas pelos liberais. A questão é que durante o recrutamento dos indígenas, muitos resistiam sendo comum que fossem parar em prisões ou atados a troncos até que se atingisse o número necessário de operários. A questão é que, segundo o juiz, os indígenas agora resistiam a essas prisões dizendo que a lei proibia as mesmas sem culpa formada. Com isso inviabilizava-se o processo pelo qual esses indígenas eram encaminhados para o trabalho compulsório.[41]

Para além de atacar diretamente os mecanismos do recrutamento forçado, os indígenas também passaram a atacar personagens conhecidos da província envolvidos no trabalho forçado a partir da apropriação do vocabulário liberal. É o caso do movimento dos operários do Arsenal da Marinha contra o seu intendente, João Antônio Rodrigues Martins. O Arsenal da Marinha era um dos órgãos públicos que mais demandavam indígenas recrutados para o trabalho forçado e era famoso por várias arbitrariedades, entre elas o de não respeitar os tempos legais para prestação de serviço.[42] Logo depois do alinhamento da província à Revolução do Porto, imediatamente os operários do Arsenal se manifestaram em frente ao Senado da Câmara de Belém exigindo uma devassa contra o intendente e a sua deposição. Numa história de muitas idas e vindas, os operários desconfiaram que João Martins seria acobertado pelos poderes locais e escrevem uma carta diretamente à Lisboa. Nela, o vocabulário liberal é usado como arma contra o intendente, o aproximando do despotismo e de práticas que o novo regime viera por fim.[43] A carta que logo em seguida o próprio intendente manda a Lisboa mostra o impacto do espraiamento do debate político: segundo ele aquilo era obra dos operários que estavam "desejosos de novidade" classificando o momento que vivia como "tempos de crise".[44]

Obviamente, a guerra civil ocorrida no Pará logo após o alinhamento da província ao governo de D. Pedro I era um movimento multifacetado. Mas a presença de muitos indígenas avilados, muitos membros das forças armadas, tudo isso faz crer que um dos grandes impulsionadores do conflito foi justamente o

[40] Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), ACL, CU 013, Caixa 155, doc. 11.874 (Projeto Resgate). Em 06 de julho de 1822.
[41] APEP, Códice 748, d. 33.
[42] Biblioteca Nacional – I-31,20,013 – José Ricardo da Costa Aguiar Andrada – Anais da Província do Pará desde a sua descoberta. História política da descoberta, fundação e povoação; descrição, divisão, população e forças; governo, comércio, agricultura, fábricas e industria, ciências e artes.
[43] AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.654 (Projeto Resgate).
[44] AHU – ACL – CU 013, CX. 151, D. 11.654 (Projeto Resgate).

entendimento do que significava a independência para esse controle de mão de obra. Para aqueles que se beneficiavam do trabalho compulsório parece que era evidente que o fim do Vintismo significava zerar o jogo. Não por acaso, nesse momento há várias denúncias de arbitrariedade contra o uso do trabalho dos indígenas. De outro lado, parece evidente que para os indígenas a independência não significava um retrocesso nesse campo. Esse é um ponto de conflito, que não se encerrará com as guerras de independência permanecendo pela década de 1820 e boa parte de 1830.

Talvez o caso do Pará seja um dos mais evidentes, mas não o único mostrando que os significados da independência – ou das revoltas do período constitucional – iam além das interpretações das elites e chegavam ao campo popular. Mais que isso, havia um componente racial explosivo. No Pará, a grande presença de indígenas e negros entre os rebeldes fez com que muitos enquadrassem essas revoltas como uma guerra racial. Em Pernambuco este recorte também tinha a sua importância. Dênis Bernardes chegou a afirmar que em Pernambuco de 1817, o "Haiti foi aqui", esclarecendo que a questão racial e escravista era um dos aspectos dividindo os grupos de mando pernambucanos desde a revolução republicana, passando pelo movimento constitucional português e a independência (BERNARDES, 2003). Mesmo homens negros com destaque nos movimentos políticos protagonizado pelas elites eram vistos com desconfiança. Era o caso de Pedro Pedroso, considerado um herói militar em 1817 e poderoso o suficiente para ser protagonista até a Confederação do Equador, às vezes ao lado dos radicais e noutras decisivo nas derrotas destes. A condição de homem negro dava a Pedro Pedroso cores particulares a sua luta. É o que percebeu, com desconfiança, Frei Caneca descrevendo como Pedroso se divertia em uma festa com vários outros negros dizendo ser esta a sua gente e rindo da canção que falava que os brancos deviam acabar e só os negros e pardos habitariam o Recife (SILVA, 2003). Já outra liderança negra, Mundurucu, imprimiu textos de louvor ao Haiti, demonstrando o projeto radical que o acompanhará por toda a sua vida (MOREL, 2017).

O quadro foi semelhante na Bahia, sendo famosa a interpretação de João Reis sobre a existência ou não de um "partido negro": não como um movimento organizado, mas absolutamente real no sentido de que os homens negros foram atingidos pelo espraiamento do debate político, desde o Vintismo, e tiveram aspirações próprias. Tanto era verdade, que Reis lembra um espião francês relatando que se os brasileiros continuassem falando em liberdade, logo acabariam como São Domingos. Reis também relata que senhores de engenho ficaram alertas ao descobrir que escravizados eram auxiliados nas petições para as Cortes de Lisboa pedindo a liberdade (REIS, 1989). Quando o movimento de independência tomou forma, outra vez os homens negros e particularmente os escravizados miraram a oportunidade de alcançar seus próprios objetivos. Assim, levas e levas de escravizados se alistaram nas forças armadas visando a liberdade (KRAAY, 2002). Outros homens negros – mesmo não escravizados e alguns muito abastados como João Primo – também enxergaram nas forças armadas desde o Vintismo a oportunidade de quebrar as barreiras sociais (SOUZA FILHO, 2011). Não foi por acaso que, em 1824, justamente o batalhão reunindo os homens negros – os Periquitos – se levantou e tomou a cidade de Salvador. Eram homens que viam acontecer uma independência muito distante daquela que imaginaram.

As interpretações sobre os significados da independência eram múltiplos. A vitória de um projeto conservador não era óbvio e foi pavimentado não só com acordos, mas com muito sangue.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALBUQUERQUE, Vinícius de. Ceará: 1824. A Confederação das Províncias Unidas do Equador contra o Império do Brasil. São Paulo: USP, 2006. Dissertação de Mestrado.

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

BERBEL, Márcia Regina. A nação como artefato: os deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22. São Paulo: Hucitec, 1999.

BERNARDES, Denis. Pernambuco e o Império (1822-24): sem constituição soberana não há união. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará. Séculos XVII-XVIII.* Belém: Paka-Tatu, 2001.

BRAUDEL, Fernand. Civilização Material, Economia e Capitalismo. Séculos XV-XVIII. Volume 3: O Tempo do Mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COELHO, Geraldo. Anarquistas, Demagogos e Dissidentes. A imprensa liberal no Pará de 1822. Belém: CEJUP, 1993

COSTA, João Paulo Peixoto. Na Lei e na Guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1789-1845). Tese de Doutorado, UNICAMP, 2016.

DANTAS, Mariana. Dimensões da participação política indígena na formação do Estado Nacional brasileiro: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848). Tese de Doutorado, UFF, 2015.

DOMINGUES, Ângela. Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000.

GALVES, Marcelo Cheche. Os "republicanos do Maranhão: independência, confederação do Equador e a construção do Estado Imperial. In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (Org.). O Maranhão oitocentista. São Luis: Editora UEMA, 2009.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.) Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). Formação: Histórias. São Paulo: Editora Senac, 2000.

KRAAY, Hendrik. A Invenção do Sete de Setembro, 1822-1831. Almanack Braziliense. São Paulo, n. 11, p. 52-61, maio 2010.

KRAAY, Hendrik. "Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos": o "recrutamento" de escravos na guerra de independência da Bahia. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, n. 43, 2002.

KRAAY, Hendrik. Política Racial, Estado e Forças Armadas na época da independência na Bahia, 1790-1850. São Paulo: Hucitec, 2011.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. Revista Brasileira de História. São Paulo, 19 (38), p. 125-138, 1999.

MACHADO, André Roberto de Arruda. *A quebra da mola real das sociedades*: a crise política do Antigo Regime Português na província do Grão-Pará (1821-25). São Paulo: Hucitec, 2010.

MACHADO, André Roberto de A. As Esquadras Imaginárias. No extremo-norte, episódios do longo processo de independência do Brasil. In: István Jancsó (Org.). Independência: História e Historiografia. 1ed.São Paulo: Hucitec / FAPESP, 2005.

MACHADO, André Roberto de A. Entre o nacional e o regional: uma reflexão sobre a importância dos recortes espaciais na pesquisa e no ensino da História. ANOS 90 (ONLINE), Porto Alegre, v. 24, p. 293-319, 2017.

MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência*: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.

MOREL, Marco. *A Revolução do Haiti e o Brasil Escravista*: O que não deve ser dito. Jundiaí: Paco, 2017.

MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência*. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973.

MUNIZ, João de Palma. Grenfell na História do Pará (1823-24). Annaes da Biblioteca e Archivo Público do Pará. Tomo 10, Belém: Oficinas Graphicas do Instituto Lauro Sodré, 1926.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. A Astúcia Liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-24). Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

RAIOL, Domingos Antonio. Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Belém: UFPA, 1970. 3 volumes.

REIS, João José. O Jogo Duro do Dois de Julho: o "Partido Negro" na independência da Bahia. In: REIS, João José; SILVA, Eduardo. Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

RODRIGUES, José Honório. A Assembleia Constituinte de 1823. Petrópolis: Vozes, 1974.

SAMPAIO, Patrícia Maria de Melo. Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia. Manaus: EDUA, 2012.

SEIXAS, Romualdo. Memórias do Marquês de Santa Cruz. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861.

SILVA, Luiz Geraldo. Negros patriotas. Raça e identidade social na formação do Estado Nação (Pernambuco, 1770-1830). In: JANCSÓ, István (Org.) Brasil: Formação do Estado e da Nação. São Paulo: Hucitec, 2003, p. 497-520.

SILVEIRA, Rosa Maria. Região e História: Questão de Método. In: SILVA, Marcos A. (Org.) República em migalhas: história regional e local. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SOUZA FILHO, Argemiro. Confrontos políticos e redes de sociabilidade, Bahia 1821-1823. Tese de Doutorado em História Social, USP: 2011.

VARNHAGEN, Francisco. História da Independência do Brasil até o reconhecimento pela Antiga metrópole, compreendendo, separadamente, a dos sucessos ocorridos em algumas províncias até essa data. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

VIEIRA, Martha. O movimento separatista do norte goiano (1821-23): desconstruindo o discurso fundador da formação territorial do Tocantins. Revista Sapiência. UEG, vol. 3, n. 01, p. 63-84, 2014.

WISIAK, Thomas. A Nação Partida ao Meio: Tendências políticas na Bahia na Crise do Império Luso-Brasileiro. São Paulo: USP, 2001. Dissertação de Mestrado.

Texto recebido em: 24/03/2024
Texto aprovado em: 09/04/2025